

# Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia

*Grandes proyectos, urbanización del  
territorio y metropolización en la  
Amazônia*

*Large projects, territory  
urbanization and metropolisation  
in the Amazon*

Saint-Clair Cordeiro da Trindade  
Júnior

Departamento de Geografia, Universidade Federal do Pará  
Av. Timbó, 2.350, apto 1003 - Marco  
CEP: 66.093-340 - Belém - PA  
stclair@amazon.com.br

**Resumo:** O artigo discute a relação existente entre grandes projetos econômicos, a difusão da urbanização do território e o processo de metropolização na região amazônica. Partindo da inserção do espaço metropolitano de Belém na Amazônia oriental, busca-se investigar como o processo de metropolização expressa a estrutura produtiva da nova dinâmica regional, bem como da reestruturação da rede urbana no atual período histórico. O modelo econômico imposto nos últimos anos conferiu uma forte reestruturação em determinados espaços da Amazônia oriental e, neste contexto, os centros urbanos servem como base de operações de diferentes projetos econômicos que incrementam a urbanização e a dinâmica produtiva no território. Diferentemente da sub-região da Amazônia ocidental, onde a população, a urbanização e as atividades econômicas estão mais concentradas, na Amazônia oriental, o processo recente de produção espacial é mais disperso, conferindo uma outra importância ao espaço metropolitano no contexto regional.

**Palavras-chave:** Grandes projetos; Urbanização do território; Metropolização; Amazônia; Belém.

**Resumen:** Este texto trata de la relación existente entre los grandes proyectos económicos, la difusión de la urbanización del territorio y el proceso de metropolización en la región amazónica. A partir de la inserción del espacio metropolitano de Belém en la Amazonía oriental, buscarse investigar como el proceso de metropolización manifiesta la estructura productiva de la nueva dinámica regional, así como de la reestructuración de la red urbana del actual período histórico. El modelo económico impuesto en los últimos años ha conferido una dinámica intensa en determinados espacios de la Amazonía oriental y, en este contexto, los centros urbanos han servido como base de las operaciones de diferentes proyectos económicos que incrementan la urbanización y la dinámica productiva en el territorio. De manera diferente de la sub-región de la Amazonía occidental, donde la población, la urbanización y las actividades económicas están más concentradas, en la Amazonía oriental, el proceso reciente de producción espacial es más disperso, confiriendo una otra importancia al espacio metropolitano en el contexto de la región.

**Palabras-clave:** Grandes proyectos; Urbanización del territorio; Metropolización; Amazonia; Belém.

**Abstract:** This paper discusses the relationships between the large economic projects, the diffusion of the territory urbanization and the metropolization process in Amazonian region. From the insertion of metropolitan space of Belém in the eastern Amazon, it intends to investigate how the metropolization process expresses the productive structure of new regional dynamic, as well as the urban network restructuring at the present historical period. The economical model imposed in the last years has made certain areas intensely dynamics in eastern Amazon, and, in this context, the urban centers serve as basis of operations of the different economic projects which increase the urbanization and the productive dynamic in the territory. Differently of western Amazon region, where the population, the urbanization and the economics activities is more concentrated, in the eastern Amazon, the recently process of the spatial production is more dispersed, giving an other importance to the metropolitan space in the regional context.

**Keywords:** Larges projects; Territory urbanization; Metropolization; Amazon; Belém.

## Introdução

Na dinâmica de urbanização do espaço amazônico, grande importância apresenta a urbanização concentrada<sup>1</sup> nas capitais regionais, que desencadeou nas últimas décadas o processo de metropolização, a exemplo do que se verifica em relação a Belém, na Amazônia oriental e a Manaus, na Amazônia ocidental<sup>2</sup>. Nesse contexto, diferenças podem ser percebidas a respeito desse mesmo processo quando contextualizados no âmbito sub-regional no qual se inserem.

A compreensão dessas especificidades deve levar em conta algumas particularidades que estão diretamente ligadas mais à economia política da urbanização que propriamente à economia política da cidade (SANTOS, 1994). No primeiro caso, leva-se em conta uma divisão social do trabalho, que juntamente com a divisão territorial do trabalho definem a repartição territorial dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens num determinado espaço, a exemplo do recorte regional. A economia política da cidade, por seu turno, nos permite entender a maneira como a cidade se organiza internamente em face da produção e como os diversos atores da vida urbana se localizam a cada momento da história da cidade.

O enfoque sob a ótica da economia política da urbanização, que orienta a presente discussão, pretende nos ajudar a estabelecer a relação da cidade com a região e, no caso mais específico de nossas preocupações, da metrópole com a região amazônica. Caberia, então, partirmos de algumas indagações no sentido de melhor orientar a análise aqui proposta: a) como se apresenta a economia política da urbanização na Amazônia e quais as suas especificidades? b) Como compreender hoje a dinâmica metropolitana em uma região como a Amazônia? Qual o papel assumido pelos grandes empreendimentos econômicos como indutores da urbanização do território e do atual perfil da metropolização na região?

O tratamento dessas questões pressupõe considerar noções importantes diretamente relacionadas à interpretação da urbanização brasileira, a exemplo da urbanização do território:

Estariamos, agora, deixando a fase de mera urbanização da sociedade, para entrar em uma outra, na qual defrontamos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos. (SANTOS, 1993, p. 125)

Para algumas realidades do território brasileiro, o processo de urbanização do território parece se colocar como algo inquestionável; daí, em vez de se falar simplesmente de urbanização do espaço ou do território, falar-se também de um processo mais complexo, que é o

---

<sup>1</sup> Por urbanização concentrada, entendemos o intenso crescimento das grandes cidades, especialmente das capitais dos estados amazônicos, que nas últimas décadas aglutinaram um percentual significativo da população regional.

<sup>2</sup> Várias são as regionalizações internas consideradas para o espaço amazônico. Para efeitos da presente discussão, estamos considerando aqui, de maneira genérica, apenas duas grandes sub-regiões, uma de influência direta e indireta de Manaus (Amazônia ocidental), não se restringindo ao Estado do Amazonas, mas incluindo Estados como Roraima, Rondônia e Acre; e outra de influência direta e indireta de Belém (a Amazônia oriental), que além do Estado do Pará, inclui o Amapá, parte do Maranhão e do Tocantins. Uma regionalização interna mais precisa, poderia reconhecer outras subdivisões, como fazem Magnago (1989), Becker (1990) e Becker (2004).

de metropolização do espaço (LENCIONI, 2003). Mas, para a Amazônia, em que medida a urbanização do território e a metropolização do espaço se apresentam como realidades?

A discussão aqui proposta busca tratar dessa questão, considerando em específico a difusão do meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 1994, 1996) na Amazônia, induzido por novas atividades econômicas, a exemplo dos grandes empreendimentos econômicos, que contribuem para a difusão do fenômeno urbano na sociedade e no território e estabelecem significados diferenciados aos espaços metropolitanos de acordo com as especificidades da economia política da urbanização no interior do espaço regional.

### Da urbanização da população à urbanização do território

Ainda que possamos questionar os dados do Censo demográfico brasileiro ou aquilo que o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) considera como população urbana (população que habita sedes municipais, sedes distritais e aglomerados urbanos isolados), parece ser inquestionável o grau de urbanização da população (incremento da população urbana vivendo nas cidades) quando levamos em conta o espaço amazônico, conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1: Região norte: população urbana e rural (1950-2000).

Ano	População urbana		População rural	
	ABS.	%	ABS.	%
1950	607.164	29,64%	1.441.532	70,36%
1960	1.041.213	35,54%	1.888.792	64,46%
1970	1.784.223	42,60%	2.404.090	57,40%
1980	3.398.897	50,23%	3.368.352	49,77%
1991	5.931.567	57,83%	4.325.699	42,17%
2000	9.002.962	69,83%	3.890.599	30,17%

Fonte: IBGE (2000).

Para Becker (1990) várias razões concorrem para essa urbanização da população nas décadas de 1960, 1970 e 1980. No contexto da fronteira econômica que marcou essas décadas, os núcleos urbanos na Amazônia se tornaram fatores de atração de fluxos migratórios, base da organização do mercado de trabalho e lócus da ação político-ideológica com vistas ao controle social.

Nessa mesma perspectiva, Machado (1999) destaca a forte mobilidade da população e do trabalho no interior da região; sendo esta mobilidade a principal responsável pelo surgimento de novas cidades e pelo crescimento de outras. A facilidade de implantação de novas formas de organização das atividades produtivas fez da cidade uma condição para a existência dessas mesmas atividades. Conforme sustenta ainda Machado (1999), a urbanização não preenche a simples função de apoio ao povoamento, ela é mais do que isso: é o elemento organizador do sistema de povoamento, aquele que define sua estrutura, seu conteúdo e sua evolução atual. Nesse contexto, para a mesma autora, definem-se duas perspectivas de povoamento: uma ordem

intencional, dirigida especialmente pelo Estado, e outra de caráter mais espontâneo, que emerge pela presença de vários agentes que imprimem uma nova dinâmica ao espaço regional.

Mas aqui o importante não é só falar da urbanização da população, até porque esse fenômeno não é nenhuma novidade na realidade brasileira. É preciso discutir, conforme propõem as autoras acima mencionadas, o sentido, o significado desse processo e seus rebatimentos no plano territorial. Como, então, pensar, nesse contexto, a urbanização amazônica, não no seu sentido populacional, mas num contexto mais amplo, em que se considere igualmente os nexos da modernização do território?

Trata-se, em outros termos, de indagarmos se estaríamos deixando a simples urbanização da população para vivenciarmos também a urbanização da sociedade e do território no espaço amazônico.

Se a urbanização da população é um fato, dado ao grande percentual de pessoas que habitam as cidades, os nexos da urbanização do espaço parecem não acompanhar o mesmo ritmo da urbanização da população. Em outras palavras, a expansão do chamado meio técnico-científico informacional, de que trata Santos (1996), parece se apresentar de maneira diferenciada quando consideramos a dimensão da tecnosfera – sistema técnico – e a dimensão da psicofera – sistema de valores – (SANTOS, 1994 e 1996) no conjunto do espaço amazônico.

No plano da tecnosfera, a expansão do meio técnico-científico informacional na região é descontínua e, em determinadas situações, mobiliza relativamente menos capitais e mais trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Sua configuração espacial, portanto, dá-se de maneira pontual, linear ou em manchas, sempre acompanhando a implantação de atividades econômicas indutoras de modernização ou as redes técnicas, a exemplo da rede viária e de energia elétrica (TAVARES, 1999) e dos grandes projetos (TRINDADE Jr.; ROCHA, 2002).

Mesmo considerando o espaço amazônico como definitivamente urbanizado, é preciso levar em conta a forma diferenciada como essa urbanização se apresenta. Conforme destaca Becker (2004), três tipos de situações podem ser observados: a) áreas de urbanização elevada e com diferenciação interna, encontradas nos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e sudeste do Pará; b) áreas com urbanização elevada e pequena diferenciação interna, como se verifica nos Estados do Acre e do Amapá; c) áreas de baixa urbanização, com diferenciação interna, percebidas nos Estados do Maranhão, Amazonas e parte do Pará.

É justamente em sub-regiões de povoamento consolidado que se encontram os maiores níveis de urbanização. Assim, observando a diferenciação intra-regional, Machado (1996) destaca que, além das capitais e das cidades que tiveram redefinidos seus papéis no momento atual, a urbanização do território se faz mais presente em quatro áreas principais: sudeste do Pará, Mato Grosso, Tocantins e centro-sul de Rondônia.

Essa diferenciação interna acompanha a dinâmica das atividades econômicas e da força de trabalho, que, por sua vez, definem o perfil da economia política da urbanização e as tendências da dinâmica urbana no plano regional, a saber: concentração nas maiores aglomerações, ainda que nos últimos anos já se apresente um processo de desconcentração urbana; proliferação de cidades pequenas, em grande parte tornadas sedes de novos municípios ou fruto da modernização do território por projetos econômicos; maior presença e importância das cidades médias na rede urbana.

Apesar da descontinuidade da urbanização na esfera técnica, não se pode dizer, entretanto, que no plano da psicosfera os valores da sociedade urbana não estejam presentes no espaço regional. À semelhança de outras regiões, a sociedade urbana, através de seus valores, de suas concepções e de seus comportamentos, ganha maior fluidez que no plano da esfera técnica. Em trabalho sobre pequenas cidades na região, Oliveira (1994) já constatava esse fato, ao analisar o conjunto de valores reproduzidos nas pequenas cidades amazônicas, ainda que distantes das principais realidades metropolitanas brasileiras.

Ainda conforme Oliveira (1994), na Amazônia, a cidade se impõe como base inicial de um processo. Ela está associada a novas atividades e serve como suporte destas, tanto no plano econômico, como no institucional. Nesse caso, sustenta o autor, a fronteira econômica já nasce urbana, não enquanto domínio da cidade na paisagem, mas pela presença marcante do urbano como estilo de vida, que se estabelece e tende a predominar.

Nesse contexto, a importância do Estado foi fundamental. Por meio do incentivo ao surgimento de novas atividades e da criação de um número crescente de instituições vinculadas à nova dinâmica regional, difundiu-se a vida urbana e conferiu-se a determinadas cidades um grau de centralidade maior:

Verifica-se que o conjunto das cidades da Amazônia Legal é caracterizado pela presença de poucos centros com centralidade expressiva e um grande número de cidades com fraca e muito fraca centralidade.

Três cidades capitais, hoje situadas na categoria de metrópoles, destacam-se enquanto de muito forte centralidade: Manaus..., Belém... e São Luís. As demais capitais da região têm centralidade mais reduzida e subordinada a essas capitais ou a outras capitais externas à região. (BECKER, 2004, p. 95)

Essa centralidade, que define também a urbanização concentrada, tem-se redefinido e apresenta perfil diferente de acordo com as sub-regiões nas quais se insere, dado ao maior ou menor grau de repercussão das frentes de modernização e de expansão econômica e seus rebatimentos no plano territorial.

Um elemento marcante nesse processo é a revalorização da cidade de Manaus, que se tornou a metrópole da Amazônia ocidental, fruto, em grande parte, dos incentivos fiscais e creditícios voltados para a formação da Zona Franca implantada nessa cidade (Corrêa, 1989), com repercussões diretas no perfil populacional do Estado do Amazonas (tabela 2).

Tabela 2: Crescimento da população de Manaus em relação ao estado do Amazonas.

Ano	População		
	Estado	Manaus	%
1950	514.099	139.620	27,16
1960	708.459	173.706	24,31
1970	955.235	311.622	32,70
1980	1.430.528	633.392	44,34
1991	2.103.243	1.011.500	48,05
2000	2.813.085	1.403.796	49,90

Fonte: IBGE (2000).

Mais marcante que na parte ocidental, essa dinâmica define, em grande medida, o processo de urbanização que se verifica na Amazônia oriental, onde se encontra a cidade de Belém. Esta cidade, que em décadas anteriores tinha uma participação econômica e populacional de destaque no contexto regional, começa a ter sua importância alterada face aos novos espaços de incremento econômico das décadas mais recentes; fato este que confirma uma nova dinâmica da economia política da urbanização da sub-região na qual se insere, refletida na participação de Belém em termos populacionais quando comparada ao conjunto do Estado (Tabela 3).

Tabela 3: Crescimento da população de Belém em relação ao estado do Pará.

Ano	População		
	Estado	Região Metropolitana de Belém (RMB)	%
1950	1.123.273	254.949	22,70
1960	1.538.193	410.635	25,93
1970	2.161.316	649.043	30,00
1980	3.403.391	971.720	28,50
1991	5.181.570	1.302.950	25,10
2000	6.188.685	1.794.981	29,00

Fonte: IBGE (2000).

Belém não sofreu o estímulo de crescimento a partir do setor industrial de montagem, a exemplo do que se verificou em Manaus. Seu perfil é de uma cidade situada entre as que apresentam uma natureza metropolitana, com destaque para as atividades comerciais e de serviços. As indústrias nela instaladas - com um número relativamente pequeno - voltaram-se para o beneficiamento de matérias-primas da própria região, com destaque, entretanto, para a chamada indústria da construção civil, que se proliferou, a exemplo de outras grandes cidades brasileiras. Isto tem sido interpretado como um processo de perda de importância de Belém face à expansão da fronteira econômica no interior e ao crescimento de pequenas e médias cidades fora de sua órbita.

A reestruturação da rede urbana e os novos papéis conferidos às cidades tendem a confirmar a dinâmica de uma nova estrutura produtiva e do mercado de trabalho na Amazônia oriental, o que implica, necessariamente, na ruptura de antigos padrões de organização espacial. Isso ocorre pelo caráter disseminado e pulverizado em que ocorreram os investimentos econômicos e as ações governamentais na região.

O mercado de trabalho da Amazônia oriental tende a confirmar o processo de reestruturação em curso, posto que os setores mais dinâmicos nos últimos anos têm sido a mineração, a indústria madeireira, a siderurgia e a construção civil (CASTRO, 1994, p. 461) e, por isso mesmo, as cidades ligadas direta ou indiretamente a essas atividades experimentaram um novo dinamismo, alterando a rede urbana regional, seja através da multiplicação de novos núcleos populacionais, planejados ou não, seja pela redefinição de antigos núcleos urbanos que se alçam à categoria de verdadeiros centros regionais, ou mesmo por um novo padrão de urbanização concentrada.

Entretanto, conforme já mencionamos, a expansão da fronteira econômica no interior da região não se dá de maneira igual quando consideramos a especificidade das sub-regiões. Diferentemente da Amazônia ocidental, a Amazônia oriental cresce mais que sua metrópole (Belém), devido ao dinamismo econômico imprimido a outras frações do espaço regional nos últimos anos, onde são implantados projetos, em especial os grandes empreendimentos, que necessitam de espaços urbanos relativamente bem estruturados para o seu funcionamento (quadro 1), mas que não se limitam a eles, implicando em redefinições espaciais que alcançam um raio de influência relativamente significativo e que repercutem no grau de urbanização do território.

Quadro 1: Grandes projetos e suas cidades-empresa no estado do Pará.

Company Towns	Ano de fundação	Grande projeto	Município	Distância aprox. da capital	Empresas	População aproximada	Principais localidades do entorno
Monte Dourado	1968	Projeto Jari	Almerim	400 km	Jari Celulose S/A	12.000	Laranjal do Jari (AP), Água Branca do Cajari (AP) e Vitória do Jari (AP)
Vila de Tucuruí	1974/75	Usina Hidrelétrica de Tucuruí	Tucuruí	300 km	Eletronorte	3.200	Cidade de Tucuruí, Cidade de Breu Branco.
Porto Trombetas	1979	Projeto Trombetas	Oriximiná	800 km	Mineração Rio do Norte	6.000	Vilas de Boa Vista e Caraná
Carajás	1985	Projeto Carajás	Parauapebas	879 km	CVRD	4.240	Cidade de Parauapebas
Vila dos Cabanos	1985/86	Projeto Albras/Alunorte	Barcarena	30 km	Albras/ Alunorte, PPSA, RCC, Soingo, CDP, Eletronorte, empresas prestadoras de serviços	7.600	Cidade de Barcarena, Vila do Conde, São Francisco, Itupanema, Vila Nova, Bairros Laranjal e Pioneiro

Org. SCTJ.

Nesse sentido, os investimentos econômicos na área de influência da metrópole belemense, deu-se de forma menos concentrada que em outros espaços do conjunto regional. A interpretação desse processo, nos termos e parâmetros colocados acima, costuma ser associado ao movimento que tem marcado a dinâmica urbana brasileira. Conforme nos mostra Santos (1994a), as grandes metrópoles brasileiras já apresentam taxas de crescimento econômico menores do que suas respectivas regiões, e também menor do que a brasileira como um todo. Isto é traduzido pelo mesmo autor como um fenômeno de “involução metropolitana”, que representa o ritmo de crescimento das áreas metropolitanas menos acelerado, quando comparado a décadas anteriores, em relação às áreas que se encontram fora da área metropolitana.

É um fenômeno que também se dá paralelo a um outro, o da consolidação da metrópole informacional e não propriamente da metrópole fabril, posto que, cada vez mais, as unidades produtivas promovem uma seletividade espacial movida por fatores diversos - incentivos locais, mão-de-obra barata, infra-estrutura, preço de terrenos mais acessíveis

etc. - que tendem a preferir os limites convencionais das áreas metropolitanas, devido às desvantagens e restrições por elas apresentadas em relação a esses mesmos fatores.

Há novos recortes espaciais no interesse do capital, decorrentes de mudanças em suas estratégias. Dentre estas, a principal é o aumento significativo da fluidez do território, devido ao progresso nos transportes, nas comunicações e na produção e uso das informações, que também se reproduz na realidade amazônica.

Todavia, é importante considerar que não é em qualquer ponto do sistema urbano brasileiro que esse processo se manifesta. No caso amazônico, a malha técnico-política implantada a partir da década de 1960, com a abertura de rodovias, com os incentivos fiscais e creditícios e com os grandes projetos econômicos, buscava aumentar essa fluidez do território, de modo a conectá-lo de maneira decisiva à divisão territorial do trabalho que se impunha em nível nacional e internacional.

Mesmo considerando a pertinência dessa tendência também para o caso da Amazônia oriental, há de se levar em conta, entretanto, que o processo que confere um maior dinamismo para o interior da fronteira econômica em detrimento da sua metrópole, não pressupõe desconsiderar a importância do espaço metropolitano para os processos dinamizadores da economia regional, mas de uma redefinição dessa mesma importância.

As mudanças ocorridas na organização urbana da Amazônia, segundo nos mostra Corrêa (1987, 1989), indicam que até 1960 verificou-se na região um padrão espacial predominantemente dendrítico da rede urbana, com desmesurada primazia de Belém como metrópole regional e uma expressão relativamente pequena da grande maioria dos centros urbanos regionais.

Atualmente, o que se verifica é uma ruptura desse padrão<sup>3</sup> – com um forte dinamismo das cidades localizadas, ou que passam a surgir, às margens das novas vias de circulação e no entorno de projetos econômicos, em detrimento das cidades ribeirinhas – e uma urbanização concentrada nas capitais estaduais. As origens desse processo, além do fenômeno migratório inter-regional, parece se dar também pela expropriação em relação aos meios de produção no espaço agrário amazônico, principalmente após a política de desenvolvimento regional imposta a partir da década de 1960 e também aos investimentos ligados à dinâmica econômica da fronteira, que possibilitou uma pulverização e uma dispersão de pólos de crescimento econômico em vários pontos do território amazônico, definindo, igualmente, uma nova regionalização interna (BECKER, 1990, 2004).

Essas indicações refletem elementos importantes para entender o processo de urbanização amazônico. Duas tendências advêm desse processo. A primeira delas é a maior importância adquirida pelas cidades médias, que cada vez mais apresentam dimensões bem maiores, sendo esta uma tendência que acompanha a dinâmica urbana brasileira.

Na Amazônia esse fenômeno é muito recente, principalmente porque esse tipo de cidade só adquire importância na rede urbana após as mudanças ocorridas a partir da década de sessenta, visto que anteriormente uma das principais características da rede urbana amazônica era a quase inexistência de cidades de porte intermediário.

---

<sup>3</sup> Quando se fala da ruptura do padrão dendrítico, estamos generalizando para o espaço amazônico como um todo, sem considerar as especificidades locais das sub-regiões, posto que se tomarmos como recorte espacial, por exemplo, a Amazônia ocidental, o que percebemos é que esse padrão dendrítico ainda se faz muito presente, conforme adverte Oliveira (1994).

Diferentemente, entretanto, do restante do País, onde esse nível de cidade tende a demandar muito mais trabalho qualificado e abrigar cada vez mais uma população de classe média (DAVIDOVICH, 1995), na Amazônia, as cidades médias acompanham em muito a precária qualidade de vida das grandes cidades, apresentando um grande número de desempregados, de trabalhadores desqualificados e um empobrecimento acentuado de sua população (TRINDADE JR; PEREIRA, 2005).

A segunda tendência, é que passa a ocorrer um reforço à concentração espacial metropolitana, não mais nos limites antes definidos, mas a partir de uma ampliação do espaço metropolitano, configurando uma reprodução do espaço da capital numa grande periferia de expansão. Essa tendência também já vinha sendo observada por Santos para a realidade brasileira como um todo. Nesse sentido, “as metrópoles, por sua própria composição orgânica do capital e por sua própria composição orgânica do espaço, poderão continuar a acolher populações pobres e despreparadas” (SANTOS, 1993, p. 123). Com uma agravante: os efeitos da reestruturação produtiva, que pressupõem a realocação das unidades de produção, causarão, nas áreas mais industrializadas, impacto de desemprego (CANO, 1995), o que nos leva a pensar numa verdadeira “metropolização da pobreza”, para adotar um termo utilizado por Mello (1995).

No caso amazônico, a otimização de certos espaços foi elemento fundamental para a seletividade espacial necessária ao funcionamento de empreendimentos econômicos, especialmente os grandes projetos. A implantação de *company towns*, de aeroportos e o crescimento populacional de cidades próximas a estas, reafirmaram fatores de externalidades necessárias a esses empreendimentos, prescindindo, portanto, dos fatores de externalidades positivas oferecidos pela aglomeração metropolitana. Dados relacionados à arrecadação dos municípios (tabela 04), que abrigam esses projetos vão ao encontro do papel por eles assumidos na desconcentração econômica e na urbanização do território, muito próximos das cidades médias, que apresentam certa tradição econômica no contexto regional.

Tabela 4: Repasses de ICMS e IPI aos municípios do Pará (2º semestre - 2005).

Nº de ordem	Município	ICMS	IPI	Quota parte
1º	Belém	56.117.115,03	1.506.950,34	21,04
2º	Parauapebas	26.698.304,25	716947,38	10,01
3º	Barcarena	18.910.187,53	507.807,88	7,09
4º	Tucuruí	14.402.681,61	386.764,82	5,40
5º	Ananindeua	10.908.697,74	292.938,54	4,09
6º	Marabá	10.268.578,56	275.748,99	3,85
7º	Oriximiná	8.241.534,48	221.315,43	3,09
8º	Almeirim	6.587.893,26	176.909,09	2,47
9º	Santarém	6.267.833,67	168.314,32	2,35
10º	Altamira	4.240.789,59	113.880,75	1,59
11º	Paragominas	3.920.730,00	105.285,98	1,47
12º	Castanhal	3.707.356,92	99.556,13	1,39

Fonte: Pará (2005).

O destaque de arrecadação dos municípios que abrigam os grandes empreendimentos – Parauapebas, Barcarena, Tucuruí, Oriximiná, Almeirim – revela a importância que eles assumem na economia regional e por conseguinte na expansão de frentes de modernização que repercutem na densidade técnica do território e na economia política da urbanização. Essa repercussão não se limita aos espaços de influência imediata, mas guarda estreita relação com outros espaços no contexto mesorregional em que estão inseridos. A importância de Marabá, por exemplo, para o sul e sudeste paraense, deve-se muito ao grande projeto econômico – Projeto Carajás – instalado no seu espaço de polarização.

Dessa forma, a reafirmação de centros sub-regionais em espaços influenciados pela dinâmica dos novos empreendimentos ou pelas novas atividades surgidas, foi responsável por reforçar uma relativa independência aos centros maiores, ao mesmo tempo em que se encarregou de reestruturar a rede urbana, que ganhou certa complexidade; reflexo e condição da organização do espaço a essas novas condições econômicas. Isto leva, inclusive, alguns autores, como Azzoni (1995), a falarem de um processo de “desmetropolização”, tomando como referência a região de inserção de Belém.

Essas afirmações se pautam em um processo que vem acontecendo em nível nacional. O estudo de Santos (1993) busca compreender esse movimento. Mostra esse autor que, paralelo ao crescimento cumulativo das maiores cidades do País, estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, ou seja, uma repartição da população em outros grandes núcleos urbanos. Esta é uma tendência que se dá paralela ao fenômeno de metropolização, ou seja, ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento das grandes e muito grandes aglomerações, alçando-se à categoria de metrópoles – fenômeno de metropolização –, processa-se igualmente um crescimento do número das cidades intermediárias e de suas respectivas populações, o que provoca uma diminuição relativa da população nas grandes cidades brasileiras – processo de desmetropolização. Portanto, o fenômeno de metropolização, que não se mostra ainda saturado, não desaparece; ele passa a coexistir com um outro, que Santos (1993) denomina de desmetropolização<sup>4</sup>.

O fato das metrópoles brasileiras terem apresentado um arrefecimento quanto ao crescimento populacional e de unidades produtivas, tem suscitado, por parte de alguns autores, a defesa da tese sobre a perda de primazia das mesmas. De fato, conforme nos mostra Moreira (1995), em 1980, a participação das regiões metropolitanas no total nacional equivalia, praticamente, ao que se verificou no ano de 1991 (28,8%). Entretanto, no conjunto da população urbana a participação era bem mais alta, ou seja, 42%. No ano de 1991, essas mesmas regiões metropolitanas continuavam a congregar cerca de 28% da população brasileira e somente 38% da população urbana nacional.

Para o autor acima mencionado, isso mostra que houve um decréscimo da participação das metrópoles no conjunto da população urbana, o que vem comprovar uma participação mais significativa de centros urbanos até então tidos como não-metropolitanos. Considerando que as regiões metropolitanas congregam os maiores municípios dos seus respectivos

---

<sup>4</sup> Os dados censitários evidenciam que vem ocorrendo, em primeiro lugar, um crescimento mais acentuado nas cidades de porte acima de 100 mil habitantes, porém não naquelas de nível metropolitano, em segundo lugar verifica-se um crescimento significativo das cidades entre 50 mil e 100 habitantes e, em patamar inferior, as cidades consideradas menores (AZZONI, 1995).

estados, conclui-se que os grandes municípios vêm perdendo posição face aos de tamanho intermediário, o que sugere, igualmente, uma redução da tendência à concentração nos grandes centros urbanos. Isto, entretanto, não nos permite afirmar, de maneira generalizada, que houve uma perda de primazia das metrópoles brasileiras. Estudos nessa linha procuraram ratificar, com base numa análise mais acurada, a existência do primado metropolitano (LENCIONI, 1991).

O que parece ser comum nos diversos estudos que tratam da metropolização é o fato de que a desconcentração urbana passa a ser estimulada cada vez mais pelo processo produtivo e por uma melhor distribuição da população no território, a exemplo do que ocorre na Amazônia oriental. Tal dinâmica, entretanto, não pode ser traduzida simplesmente como uma perda de primazia das metrópoles.

No caso da Amazônia, não se pode falar de “metropolização disseminada”, conforme propõe Azzoni (1995) para o Sudeste brasileiro, haja vista que os novos centros urbanos de dinamismo econômico na região dizem respeito a cidades de pequeno e médio porte. As cidades médias em específico passam a ter um certo destaque no conjunto da rede urbana regional, acompanhando, igualmente, uma tendência que se coloca em nível nacional. É o caso, por exemplo, no Estado do Pará, das cidades de Marabá, Altamira, Santarém, Castanhal e Abaetetuba.

As alterações verificadas na dinâmica econômica regional e na sua rede urbana não implicam dizer que o processo de urbanização concentrada deixa de ter importância. No caso de Belém, a área urbana e o processo de metropolização revelam o papel que lhe é estabelecido no contexto da Amazônia oriental face a esse novo momento histórico.

Esse papel é o de centro urbano relacional – para usarmos um termo adotado por Santos - da região na qual está inserido, ou seja, “o centro que promove a coleta das informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política” (SANTOS, 1993, p. 124). E mais do que isso, torna-se o destino final de grande parte da mão-de-obra móvel e polivalente que se desloca no espaço regional, principalmente após a chamada falência da política de desenvolvimento regional estabelecida em décadas anteriores.

Não se trata, também de desmetropolização generalizada, haja vista que na Amazônia ocidental há ainda um papel de destaque conferido à cidade de Manaus e seu entorno que concentra ainda cerca de 50% da população do Estado e não apresenta cidades médias que estimulem a melhor distribuição da população no território, sendo que, neste caso, a urbanização do território ainda se mostra incipiente.

Ainda no caso do Amazonas, a população das cinco maiores cidades corresponde a cerca de 10 % da população urbana do Estado, ao passo que Manaus concentra cerca de 60 % da população urbana do Estado do Amazonas.

Para a Amazônia oriental, ainda que esse processo se apresente de maneira mais flagrante com a expansão da fronteira econômica no interior da região, nos últimos anos há um relativo incremento populacional na área metropolitana de Belém, que se destaca em termos percentuais em relação à população do restante do Estado, reafirmando, igualmente, em nível econômico, a primazia desse espaço metropolitano no conjunto de sua área de influência.

Estudos como o de Andrade e Serra (2001), têm apresentado algumas conclusões nesse sentido. Como metrópole regional, Belém tem revelado um crescimento econômico substancial, na ordem de 7% no período de 1985/96, com uma variação elevada do seu PIB *per capita*, que praticamente dobrou o seu nível. Nada comparado, entretanto, a Manaus que está entre as cidades que mais concentram o PIB no País, sendo a quarta no ranking nacional, logo após São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, concentrando 81,3 % do PIB do Estado do Amazonas, segundo dados de 2005 do IBGE.

O reforço da metropolização e do primado metropolitano para o caso de Belém se dá na medida em que é preciso levar em conta o espaço metropolitano como forma-conteúdo que manifesta um determinado processo ligado à urbanização e não como uma convenção previamente definida a partir de seus limites administrativos. Nesse sentido, o processo de urbanização no espaço amazônico, e em específico na Amazônia oriental, pressupõe o primado metropolitano como produto, condição e meio à realização da dinâmica presente na região, ainda que em outros termos, bem diferente daquele colocado para as primeiras décadas da integração regional.

Dessa maneira, há um novo momento que reelabora o significado da fronteira de recursos, cuja retração do movimento migratório é uma evidência, mas que não consegue anular o mesmo movimento de migrantes no interior da região, seja no sentido rural-urbano seja no sentido urbano-urbano.

Assim, a imigração se mostra contínua do interior da região em direção à Região Metropolitana de Belém. No ano de 2000, segundo dados sistematizados pelo IBGE, foi o espaço que mais recebeu imigrantes no Estado do Pará (60.110 pessoas) seguido por Marabá no sudeste paraense (23.892 migrantes).

Alguns números sobre a população periférica do espaço metropolitano de Belém tendem a comprovar essa assertiva. A partir de levantamentos efetivados pela Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA) com vistas à realização de projeto que consistia na urbanização de terrenos ocupados na área de expansão urbana, constatou-se que grande parte da população dessas áreas de ocupação procedia do interior do Estado<sup>5</sup>. Da mesma maneira, em pesquisa realizada pela Caixa Econômica Federal (CEF) para traçar um perfil dos moradores de conjuntos habitacionais “invadidos” na RMB, foi constatado que quase 50% dos entrevistados eram procedentes do interior do Estado<sup>6</sup>.

Não se quer com isso desconsiderar o dinamismo imprimido pela fronteira econômica nos últimos anos, que incrementou atividades e urbanização em áreas fora da órbita de Belém, a exemplo do que se verificou no sul e sudeste do Pará, onde se vê um processo de urbanização intenso, despontando cidades, a exemplo de Marabá, como importantes centros econômicos da região e que servem de suporte sub-regional para os novos empreendimentos econômicos, como os grandes projetos.

Procura-se destacar o espaço metropolitano e as áreas contíguas a este como um ponto de convergência da mão-de-obra, bem como sua importância como espaço concentrador de

<sup>5</sup> De quatro levantamentos realizados em áreas distintas, os percentuais correspondentes a essa procedência foram os seguintes: 48,49%, 44,76%, 38,91% e 43,18% (COHAB-PA, 1991a, 1991b, 1993 e 1994).

<sup>6</sup> Os números divulgados em relação a essa pesquisa mostraram que de 2.879 entrevistados, 48% eram procedentes do interior do Estado, 33% de Belém, 19% de outros estados e 0,1% de outros países (Jornal “O Liberal”, 10 ago. 1997, Painel, p. 9).

emprego urbano formal do Estado do Pará. Esta nossa afirmação se dá por vários motivos. Primeiro, pelo fato de que é necessário levar em consideração a área metropolitana expandida, só oficializada nos últimos anos, e que inclui além de Belém e Ananindeua – que constituíam o espaço metropolitano desde 1973 –, os Municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara, que só recentemente (década de 1990) passaram a integrar a Região Metropolitana de Belém.

Para entender, ainda, a importância do espaço metropolitano de Belém no conjunto do Estado do Pará, há necessidade também de levar em consideração a área de influência imediata de Belém. Nesta, há um razoável número de núcleos urbanos que apresentam um crescimento econômico e populacional<sup>7</sup>, seja pela implantação de projetos econômicos, como no caso do grande projeto Albras-Alunorte em Barcarena, Município vizinho a Belém, seja pelas condições em que se apresenta a área de influência imediata de Belém. Esta é, no contexto amazônico, a área com maior grau de coesão interna, sendo que os diversos municípios que a compõem ligam-se a capital por uma rede de transportes relativamente bem estruturada há algum tempo, proporcionando, com isso, uma intensificação na vida de relações regionais (MAGNAGO, 1989), que, mesmo fora da região metropolitana expandida, conservam um significativo grau de dependência em relação às atividades, serviços e empregos existentes em Belém.

### **Da urbanização do território à metropolização do espaço**

A primazia das metrópoles regionais, entretanto, não nos permite assegurar o seu papel como únicas difusoras dos nexos da vida metropolitana no espaço amazônico, sendo necessário considerar processos outros que permitem entender a fluidez do território e os novos nexos da urbanização e da metropolização. Fala-se, portanto, nesse caso, de metropolização do espaço, como um processo que nos permite compreender a dinâmica da modernização para além da urbanização da população e do território

Em que consistiria a metropolização do espaço, de que trata Lencioni (2003), por exemplo, quando analisa a realidade paulista? Para essa autora, a metropolização do espaço pressupõe características do espaço que até então eram exclusivas da metrópole, referindo-se a práticas sociais e identidades dos lugares sujeitos aos códigos metropolitanos – avatares dos novos valores e signos da sociedade.

Alguns autores como Santos (1993), ao falarem da onipresença das metrópoles nos diversos lugares, tornando-os funcionais a elas, buscam definir esse processo como “dissolução” da metrópole, conforme exemplifica a respeito do papel de São Paulo no País:

no passado, São Paulo sempre esteve presente no País todo: presente no Rio um dia depois, em Salvador três dias depois, em Belém dez dias depois, em Manaus trinta dias depois... São Paulo está presente em todos os pontos do território informatizado brasileiro, ao mesmo tempo e instantaneamente. (SANTOS, 1994, 157)

<sup>7</sup> Dos seis municípios mais populosos do Estado do Pará, quatro deles integram essa região de fluxos relativamente intensos da qual Belém faz parte.

E para a Amazônia, como podemos pensar a metropolização do espaço? Em grande parte, esse processo se manifesta na região pela presença marcante das metrópoles nacionais e mesmo extra-regionais que propriamente das metrópoles regionais.

O papel de centro urbano relacional é enfraquecido muitas vezes por centros metropolitanos extra-regionais que também passam a ser espaços de grande centralidade para a região, promovendo a coleta e armazenamento das informações, a classificação e a manipulação das mesmas e utilizando-as a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política (SANTOS, 1993, p. 124). Isto é claramente confirmado em análises como as de Becker (2004), que chega a identificar cinco subsistemas em relação à rede urbana regional e suas áreas de atuação de alcances diferenciados. Três deles de caráter regional, comandados por São Luís, Manaus e Belém, e dois outros subordinados aos sistemas de São Paulo e Goiânia, e que têm como centros de segunda ordem as cidades de Cuiabá e de Imperatriz e Araguaína, respectivamente (REGIC/IBGE apud BECKER, 2004).

Em termos de extensão territorial, o menor desses subsistemas é o de São Luís, cujo alcance se limita ao Estado do Maranhão, e o maior é o de Manaus, que incorpora em sua área de atuação os Estados do Acre, Rondônia e Roraima e com penetração, inclusive, na parte oeste do Pará.

Ainda para Becker (2004), há superposição ou interseção desses subsistemas, a saber: a) Belém e Manaus, contendo as cidades de Santarém, Óbidos, Monte Alegre e Prainha; b) Manaus e São Paulo, contendo Cacoal, Rolim Moura, Alta Floresta do Oeste, Cerejeira e Colorado do Oeste, e refletindo a influência direta de São Paulo em Rondônia; c) Belém e Goiânia, compreendendo as cidades de Parauapebas, São Félix do Xingu e evidenciando a influência de Goiânia no sudeste do Pará.

Estudos de Machado (1996), que analisa dois sistemas de transmissão de dados (Transdata e Renpac) e sua importância com relação à centralidade dos espaços urbanos na região, também ratificam o significado e a centralidade das metrópoles regionais no contexto amazônico.

A análise daqueles dois sistemas de transmissão de dados pela autora e seus rebatimentos no plano territorial, revela a conexão da região, mais articulada com o exterior que propriamente internamente. Algumas conclusões presentes nos trabalhos de Machado (1996) nos ajudam a confirmar essa premissa: a) a inexpressividade das metrópoles regionais como definidoras de redes locais de transmissão de dados; b) as metrópoles regionais estão mais articuladas entre si e com as metrópoles extra-regionais como São Paulo, que propriamente com a sua possível hinterlândia; c) quando a articulação interna é maior, verifica-se em geral a presença de grandes empresas ou de grandes projetos que reforçam essa articulação, a exemplo da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce); d) a conexão direta de cidades médias e pequenas com o eixo Rio/São Paulo, em sub-regiões de forte dinamismo econômico – Mato Grosso, Rondônia, Santarém e Marabá; e) a comunicação intra-região, do ponto de vista econômico, é restrita, e quando isto acontece há um favorecimento flagrante de grandes organizações.

Em outro trabalho, Machado (1999) mostra também que, no que diz respeito às redes de telefonia, a maior parte das chamadas interurbanas se dá para fora da região e não propriamente entre as cidades da própria região, o que expressa a grande articulação de deter-

minados espaços com outros extra-regionais, revelando sistemas muito mais organizacionais que orgânicos do ponto de vista da configuração e da regulação dos fluxos territoriais.

Aqui mais uma vez podemos recorrer a Santos (1994, 1996), quando trata das horizontalidades e das verticalidades. Os recortes horizontais definem espaços contínuos, formados de partes agregadas, condição e resultado das relações de produção propriamente dita; ao passo que os recortes verticais configuram-se como pontos separados uns dos outros que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, e que resultam das novas necessidades de intercâmbio e de regulação, manifestando descontinuidades e descontigüidades.

Nesse processo, há um papel de fundamental importância das chamadas redes logísticas, que, na Amazônia, ainda se apresentam frágeis, quando do atendimento das demandas da sociedade local. Aquelas mais bem estruturadas tendem a articular diferentes níveis de organização do espaço (local, regional, nacional), mas com uma eficiência diretamente ligada às demandas de atores hegemônicos no plano regional, a exemplo do que acontece com as corporações ligadas aos grandes projetos econômicos.

Mesmo em área de influência direta das metrópoles regionais, a metropolização dos espaços na Amazônia revela fortes verticalidades em detrimento das horizontalidades; fato que coloca muitas vezes os espaços locais em fortes articulações com metrópoles extra-regionais.

Assim, nem sempre são as metrópoles regionais as principais difusoras dos nexos da modernidade no interior da região, ainda que elas assumam um papel importante para a estruturação da vida intra-regional. Essa questão está diretamente relacionada ao papel e a importância que a região assume hoje nas estratégias de desenvolvimento nacional e no significado que desperta como espaço de novos investimentos e que articulam, sob a lógica de um novo discurso, a relação local/global.

### Considerações Finais

Conforme percebemos, há uma diferenciação sub-regional quando se fala em urbanização do território na Amazônia. O grau de desconcentração de população e de atividades está diretamente ligado à expansão das frentes econômicas e de modernização do território. Assim, em espaços onde esse processo foi menos intenso, como no caso da Amazônia ocidental, a urbanização concentrada é mais marcante e o papel da metrópole regional na vida econômica é enfatizado.

O mesmo não ocorre, onde o processo de expansão das frentes econômicas foi mais intenso; fato este que aconteceu, a rigor, no interior da região, fora dos limites metropolitanos, como no caso da Amazônia oriental, onde se situa Belém e os municípios que integram sua área metropolitana.

Há um processo mais intenso de desconcentração das atividades e, por conseguinte, de urbanização do território, conseqüência também de uma malha sócio-espacial que expandiu o meio técnico-científico informacional e redefiniu a economia política da urbanização. Nesse contexto, cidades médias e pequenas dividem junto com o espaço metropolitano a importância

no processo de urbanização e no dinamismo das atividades econômicas, ainda que o último, o espaço metropolitano, exerça uma certa primazia, dada a sua importância no contexto regional. Tal primazia não significa, entretanto, presença intensa das metrópoles regionais na vida econômica e política dos espaços situados fora de seus limites imediatos de influência. As metrópoles extra-regionais, nesse caso, assumem presença marcante, definindo relações menos horizontalizadas que verticalizadas das sub-regiões em relação ao espaço nacional.

A repercussão dessa dinâmica do ponto de vista da gestão do território é imediata. O papel da metrópole como centro de decisão tem repercutido, por exemplo, nas propostas de divisão territorial, a exemplo do que acontece em relação à Amazônia oriental.

A pouca presença da metrópole belenense em determinados locais do Estado do Pará e a maior conexão desses espaços com outras metrópoles extra-regionais enfraquece laços de identidade política e cultural, sugerindo fragmentações territoriais, como por meio de propostas de criação de novas unidades da federação, como o que acontece na proposição de criação do Estado do Tapajós (oeste paraense) e do Estado de Carajás (sudeste paraense). Nesses casos, as frentes de modernização, induzidas especialmente por grandes empreendimentos econômicos, que definem um certo grau de desconcentração econômica e populacional, têm estimulado essa nova dinâmica que traz repercussões políticas.

Isso se explica não só pela pouca identidade desses subespaços em relação ao restante do Estado, como também pela pouca presença da metrópole nas diversas sub-regiões polarizadas por cidades de porte médio, que se articulam timidamente com a metrópole regional, devido ao destaque econômico para as novas atividades que incrementam a economia de suas sub-regiões e que conservam uma certa independência da metrópole regional, fruto da desconcentração econômica verificada nas últimas décadas.

Exemplos como esses reforçam as especificidades da economia política da urbanização na Amazônia e indicam elementos para pensarmos particularidades regionais em se tratando da urbanização do território e da metropolização do espaço.

## Referências

ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/96. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 78-127.

AZZONI, Carlos. Formação sócio-espacial metropolitana: novas tendências ou novas evidências? In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 289-304.

BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CANO, Wilson. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 124-32.

CASTRO, Edna. Processos de trabalho e relações de poder no Carajás. In: D'INCAO, Maria. Ângela; SILVEIRA, Isolda (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 457-72.

COHAB-PA. *Projeto urbanizar: projeto de integração e urbanização de áreas ocupadas*. Belém, [1991a?].

COHAB-PA. *Projeto urbanizar 2: projeto de integração e urbanização de áreas ocupadas*. Belém, 1991b.

COHAB-PA. *Projeto Urbanizar 3: projeto de integração e urbanização de áreas ocupadas*. Belém, 1993.

COHAB-PA. *Projeto urbanizar 4: projeto de integração e urbanização de áreas ocupadas*. Belém, [1994?].

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. A organização urbana. In: IBGE. *Geografia do Brasil: região Norte*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 255-71, v. 3.

DAVIDOVICH, Fany. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: BECKER, B. et alii (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 79-96.

JORNAL "O Liberal", 10 ago. 1997, Painele, p. 9.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse preliminar do censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. A indústria têxtil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1991. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani; LEMOS, Amália Inês (Orgs.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

MACHADO, Lia Osório. Sistemas "longe do equilíbrio" e reestruturação espacial na Amazônia. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa et alii (Orgs.). *Energia na Amazônia*. Belém: MPEG, 1996. p. 835-59.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos IPPUR*, v. XIII, n. 1, p. 109-138, jan./jul. 1999.

MAGNAGO, Angélica. A estrutura do espaço regional. In: IBGE. *Geografia do Brasil: região norte*. Rio de Janeiro: 1989. p. 275-307. v. 3.

MELLO, Marcus André. Década perdida: globalização, crise do Estado e metrópoles no Brasil. In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). *O novo Brasil urbano* Impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 249-60.

MOREIRA, Morvan. Evolução e perspectivas da dinâmica demográfica brasileira: concentração populacional e migração. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 132-62.

OLIVEIRA, José Aldemir. *Cidades na selva: urbanização das Amazonas*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

PARÁ. Secretaria Executiva de Planejamento Orçamento e Finanças. *Repasses do ICMS e IPI*. Belém: SEPOF, 2005. Disponível em: <[www.sepof.pa.gov.br/secretarias/sec.\\_splan.asp](http://www.sepof.pa.gov.br/secretarias/sec._splan.asp)>. Acesso em: 03 dez. 2005.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Identificação de espaços industriais numa fronteira de recursos: o caso da Amazônia Legal. In: SANTOS, Milton et alii (Orgs.). *Problemas geográficos de um mundo novo*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 54-67.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: EDUC, 1994a.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: sociedade e território no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

SENA, Roberto. Breve caracterização da situação de emprego e desemprego no Pará e Região Metropolitana de Belém (1990-1995). *Revista Nosso Pará: a economia dos contrastes*, Belém, n. 3, v. 1, p. 58-61, 1996.

TAVARES, Maria Goreti. *A dinâmica espacial da rede de distribuição de energia elétrica no Estado Pará (1960 - 1996)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. (Tese, doutorado em Geografia).

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto Miranda. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 13-23.

TRINDADE JR., Saint-Clair; PEREIRA, José Carlos Matos. *Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental*. Belém: UFPA, 2005. (mimeo.).

Recebido para publicação em janeiro de 2006

Aprovado para publicação em maio de 2006